



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Concurso Público para provimento de cargos de
Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

PROVA SELETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Setembro/2008

Direito Penal	
<p>1. De acordo com o Código Penal, para que se considere o agente inimputável por ser inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em razão da embriaguez, é necessário que esta seja</p> <p>(A) completa e voluntária.</p> <p>(B) incompleta e proveniente de caso fortuito ou força maior.</p> <p>(C) completa e proveniente de caso fortuito ou força maior.</p> <p>(D) voluntária ou culposa.</p> <p>(E) incompleta e culposa.</p>	<p>6. Sobre o crime de aborto, é correto afirmar:</p> <p>(A) Não se pune o aborto praticado por médico se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou do seu representante legal, se incapaz.</p> <p>(B) Não constitui infração penal provocar aborto em si mesma.</p> <p>(C) É permitido provocar aborto com o consentimento da gestante, em qualquer hipótese.</p> <p>(D) Quando o aborto praticado por terceiro configura crime, as penas são aumentadas de um terço se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza leve ou grave.</p> <p>(E) Em qualquer hipótese não pratica crime a gestante que consente no aborto.</p>
<p>2. Sobre o concurso de pessoas, considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. Quem executa, juntamente com outras pessoas, a ação ou omissão que configura o delito.</p> <p>II. Aquele que colabora para a conduta do autor com a prática de uma ação que, em si mesma, não é penalmente relevante.</p> <p>Estas afirmações correspondem, respectivamente, a</p> <p>(A) co-autor e partícipe.</p> <p>(B) partícipe e autor mediato.</p> <p>(C) cúmplice e co-autor.</p> <p>(D) co-autor e autor mediato.</p> <p>(E) autor mediato e co-autor.</p>	<p>7. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal a ação penal no crime de estupro, praticado com violência real, é</p> <p>(A) pública condicionada, nos casos de pobreza da vítima e dos seus pais, apenas quando da violência resultar lesão corporal leve.</p> <p>(B) privada, se da violência resultar lesão corporal de natureza leve.</p> <p>(C) pública incondicionada, apenas se resultar lesão corporal de natureza grave ou morte.</p> <p>(D) pública incondicionada.</p> <p>(E) pública condicionada, se da violência resulta lesão corporal de natureza grave ou morte.</p>
<p>3. Por detração penal compreende-se</p> <p>(A) a possibilidade que tem o preso, em regime fechado ou semi-aberto, de descontar parte da execução da pena pelo trabalho.</p> <p>(B) o cômputo no prazo da pena privativa de liberdade, do tempo de prisão provisória ou administrativa.</p> <p>(C) a atenuação da pena por ato do Poder Executivo.</p> <p>(D) a conversão da pena restritiva de direito em pena privativa de liberdade.</p> <p>(E) a substituição da pena privativa de liberdade por multa.</p>	<p>8. Sobre o crime de perigo de inundação, previsto no Código Penal, é correto afirmar:</p> <p>(A) O elemento subjetivo é tanto o dolo quanto a culpa em sentido estrito.</p> <p>(B) Só se consuma com a efetiva inundação.</p> <p>(C) Trata-se de crime de perigo concreto, exigindo a causação de risco para a incolumidade pública.</p> <p>(D) Sujeito ativo do delito é apenas o proprietário do imóvel em que se encontra o obstáculo ou a obra destinada a impedir inundação.</p> <p>(E) Para sua caracterização basta a ocorrência de perigo eventual.</p>
<p>4. Quanto à comunicabilidade da extinção da punibilidade, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A extinção da punibilidade de crime que é circunstância agravante de outro não se estende a este.</p> <p>(B) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.</p> <p>(C) A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto de outro não se estende a este.</p> <p>(D) A extinção da punibilidade de crime que é elemento constitutivo de outro não se estende a este.</p> <p>(E) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.</p>	<p>9. No crime de falsificação de documento público, se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo,</p> <p>(A) aumenta-se a pena de um terço.</p> <p>(B) aumenta-se a pena de um sexto.</p> <p>(C) a pena não sofre alteração em razão da função pública do agente.</p> <p>(D) a pena pode ser reduzida de 1/3 até metade se o funcionário tiver mais de dez anos de serviço.</p> <p>(E) a pena pode ser reduzida de 1/6 até metade se o funcionário tiver mais de dez anos de serviço e não tenha sofrido nenhuma punição administrativa nesse período.</p>
<p>5. A conduta do agente que altera, em parte, testamento particular, configura crime de</p> <p>(A) corrupção ativa.</p> <p>(B) falsificação de documento particular.</p> <p>(C) corrupção passiva.</p> <p>(D) favorecimento pessoal.</p> <p>(E) falsificação de documento público.</p>	<p>10. Prefeito Municipal que ordena despesa não autorizada por lei pratica</p> <p>(A) crime de desobediência previsto no Código Penal.</p> <p>(B) mera infração administrativa.</p> <p>(C) crime previsto na Lei de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores.</p> <p>(D) crime de responsabilidade fiscal.</p> <p>(E) crime de inscrição de despesas não empenhadas.</p>

<p>11. Frustrar, mediante ajuste, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, configura</p> <p>(A) crime de estelionato. (B) crime de corrupção passiva. (C) crime de falsidade ideológica. (D) crime contra o procedimento licitatório previsto na Lei de Licitações. (E) infração administrativa, apenas.</p>	<p>16. Em matéria de competência penal, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em nenhuma hipótese a competência será fixada pela residência do réu. (B) É de natureza relativa a competência em razão da matéria. (C) A nulidade do processo por incompetência <i>ratione loci</i>, mesmo que não caracterizado erro grosseiro, pode ser proclamada após o trânsito em julgado em sede de revisão criminal ou de <i>habeas corpus</i>. (D) A competência absoluta não admite prorrogação. (E) Na determinação da competência por conexão ou continência não se aplica a regra da prevenção.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>12. Sobre o princípio da oficialidade no processo penal e em razão dele, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Tem aplicação, obrigatoriamente, tanto na ação penal pública quanto na ação penal privada. (B) Os órgãos encarregados de deduzir a pretensão punitiva devem ser órgãos oficiais. (C) Os órgãos encarregados têm autoridade, podendo requisitar documentos, ressalvadas as restrições constitucionais e legais. (D) Não se trata de princípio absoluto, pois comporta exceções. (E) É incabível a ação penal popular prevista em lei especial sobre os crimes de responsabilidade.</p>	<p>17. Tratando-se de questão prejudicial facultativa, de competência do juízo cível, onde já existe processo em andamento, o juiz criminal pode suspender o curso do processo penal, marcando o prazo da suspensão. Decorrido esse prazo sem que o juiz cível tenha proferido decisão, o juiz criminal</p> <p>(A) fixará novo prazo e comunicará o fato ao Procurador-Geral de Justiça para que determine ao Promotor de Justiça do processo penal que intervenha no processo cível para solução da prejudicial. (B) fixará novo e fatal prazo para o juiz cível decidir a questão. (C) comunicará o fato à Corregedoria-Geral de Justiça e aguardará a solução do processo cível, sem fixar novo prazo. (D) julgará extinto o processo sem julgamento do mérito. (E) fará prosseguir o processo retomando sua competência para resolver o mérito, de forma ampla, abrangendo as questões de fato e de direito.</p>
<p>13. Nos termos do Código de Processo Penal, a lei processual penal brasileira aplicar-se-á</p> <p>(A) nos crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente da República. (B) a todos brasileiros residentes do exterior, independentemente de tratado ou convenção. (C) aos diplomatas estrangeiros em serviço no Brasil, em qualquer hipótese. (D) a todas leis processuais extravagantes, sempre. (E) a todas as ações penais e correlatas que tiverem curso no território nacional.</p>	<p>18. O ofendido ou seu representante legal poderá intervir no processo como assistente do Ministério Público. Quanto a essa intervenção, é correto afirmar:</p> <p>(A) O assistente poderá ser admitido em qualquer fase da ação penal pública, enquanto não transitar em julgado a sentença. (B) O assistente não poderá ser admitido após a prolação da sentença, ainda que pendente recurso da acusação. (C) O assistente tem direito de pedir a repetição de prova produzida antes da sua admissão. (D) Se o assistente, devidamente intimado, deixar de comparecer a qualquer ato de instrução, a audiência será redesignada, sendo ele intimado para a nova audiência, independentemente do motivo alegado para a ausência. (E) Do despacho que não admitir a admissão do assistente cabe recurso em sentido estrito, nos termos do Código de Processo Penal.</p>
<p>14. Na ação penal por crime contra a honra praticado contra funcionário público no exercício de suas funções, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a legitimidade é</p> <p>(A) do Ministério Público, apenas. (B) apenas do ofendido, mediante queixa-crime. (C) concorrente, isto é, do Ministério Público mediante representação, ou do ofendido, mediante queixa-crime, a critério deste. (D) do Ministério Público, mediante representação, apenas. (E) do Ministério Público, de ofício, ou do ofendido.</p>	<p>19. A interceptação telefônica, nos termos da lei, será admitida</p> <p>(A) mesmo que a prova possa ser feita por outros meios disponíveis. (B) quando houver indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal. (C) em infração penal punida com qualquer tipo de pena. (D) a pedido de qualquer pessoa que tenha interesse no fato a ser investigado. (E) pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável por mais trinta.</p>
<p>15. De conformidade com o Código de Processo Penal, NÃO se inclui dentre os requisitos obrigatórios da denúncia ou queixa</p> <p>(A) a classificação do crime. (B) o rol de testemunhas. (C) a exposição do fato criminoso. (D) a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais possa ser identificado. (E) as circunstâncias do fato criminoso.</p>	

20. Pelas regras do Código de Processo Penal, a intimação da sentença ao querelante faz-se
- (A) por qualquer forma, menos por edital.
 - (B) por meio de carta precatória ou rogatória, se o querelante ou seu advogado não forem encontrados no lugar e sede do juízo.
 - (C) pessoalmente ou na pessoa do seu advogado.
 - (D) por meio de mandado, apenas.
 - (E) por telefone ou carta registrada.

21. Considere as seguintes afirmações a respeito dos recursos no Código de Processo Penal:
- I. Recurso de caráter subsidiário, cabível de decisão que denegar recurso.
 - II. Recurso pelo qual se procede ao reexame da decisão do juiz, nas matérias especificadas em lei, permitindo-se-lhe novo pronunciamento antes do julgamento pela instância superior.

Estas afirmações referem-se, respectivamente, a

- (A) agravo e reclamação.
- (B) reclamação e correição parcial.
- (C) recurso em sentido estrito e apelação.
- (D) carta testemunhável e recurso em sentido estrito.
- (E) embargos e correição parcial.

Direito de Execução Penal

22. Sobre a remição do tempo de execução da pena, pelo trabalho, a que faz jus o condenado que cumpre pena em regime fechado ou semi-aberto, é correto afirmar:
- (A) A contagem do tempo para o fim da remição será feita à razão de um dia de pena por dois de trabalho.
 - (B) A contagem do tempo para o fim da remição será feita à razão de um dia de pena por cinco de trabalho.
 - (C) O condenado que for punido com falta grave não perderá os dias remidos, mas terá a contagem reiniciada a partir da data da infração disciplinar.
 - (D) O tempo remido não será considerado para a concessão de indulto.
 - (E) O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.

23. O réu foi condenado à pena privativa de liberdade, em regime aberto, tendo o juiz deixado de fixar as condições porque a substituiu por pena restritiva de direitos consistente em prestação de serviços à comunidade. Transitada em julgado a sentença foi expedida carta de execução. Realizada a audiência admonitória, o condenado não cumpriu a pena restritiva de direitos, em razão do que o Ministério Público pediu a conversão desta em pena privativa de liberdade, no regime aberto, com estabelecimento de condições. O juiz da execução deve
- (A) indeferir o pedido por falta de amparo legal.
 - (B) acolher o pedido e, convertendo a pena, remeter o processo para o juiz da condenação a fim de que este fixe as condições do regime aberto.
 - (C) acolher o pedido e, convertendo a pena, fixar as condições para o regime aberto.
 - (D) deferir o pedido de conversão, mas deixar de fixar condições porque não tem competência para isso.
 - (E) receber o pedido do Ministério Público como recurso e enviar os autos para o Tribunal competente.

Medicina Legal

24. Em matéria de perícias médico-legais, o médico produz documentos que apresentam configuração que varia conforme sua situação e finalidade. Nesse sentido, analise:

- I. Caso em que uma consulta médico-legal envolve divergências importantes quanto à interpretação dos achados de uma perícia, de modo a impedir uma orientação correta dos julgadores, estes podem solicitar esclarecimentos mais aprofundados tecnicamente de uma instituição que tem competência inquestionável, ou de um professor cuja autoridade na matéria seja reconhecida.
- II. Afirmação simples e por escrito de um fato médico e suas conseqüências, podendo ter uso oficioso, administrativo e judiciário, sem exigência de compromisso legal, mas sem abrir mão do compromisso com a verdade.
- III. Narração escrita e minuciosa de todas as operações de uma perícia médica determinada por autoridade policial ou judiciária a um ou mais profissionais anteriormente nomeados e compromissados na forma da lei, feito, geralmente por dois peritos.

Referidos documentos denominam-se, respectivamente,

- (A) parecer médico-legal, atestado médico e relatório médico-legal.
- (B) consulta médico-legal, parecer médico-legal e relatório médico-legal.
- (C) relatório médico-legal, atestado médico e parecer médico-legal.
- (D) parecer médico-legal, relatório médico-legal e consulta médico-legal.
- (E) relatório médico-legal, atestado médico e parecer médico-legal.

25. Nas lesões punctórias observa-se que, se o instrumento for cilíndrico ou cilindro-cônico, não diminuto, mas com maior diâmetro,

- (A) a ação ocorre por meio de pressão e deslizamento sobre a pele ou tecido dos órgãos, sendo que as lesões apresentam, entre outras características, margens lisas e regulares, e existência freqüente da cauda de escoriação ou de saída.
- (B) ocorrerá um afastamento maior dos tecidos e, em razão das linhas de tensão da pele, assumirá a conformação de um ferimento produzido por um instrumento perfurante de dois gumes.
- (C) atua inicialmente por pressão de uma superfície para em seguida perfurar a região atingida, sendo as lesões típicas dos projéteis de arma de fogo, com exclusão de outros instrumentos como a ponta de um guarda-chuva ou de um picador de gelo.
- (D) ocorrerão lesões graves que se apresentam, ou se caracterizam, como dilacerantes, contuso-dilacerantes, perfuro-dilacerantes ou corto-dilacerantes, porque o instrumento é dilacerante.
- (E) em certas regiões onde há cruzamento de fibrilas, o afastamento das bordas da lesão, assume o aspecto de seta, de triângulo, ou mesmo de quadrilátero em conformidade com a Lei de Filhós.

26. No que diz respeito à demonstração, na mulher viva, de que havia uma gravidez que foi interrompida, com o objetivo de esclarecer se houve crime de aborto, é INCORRETA a afirmação:
- (A) O volume uterino, de regra, está aumentado em função da hipertrofia e hiperplasia das fibras musculares lisas, que vai se acentuando com o passar das semanas.
 - (B) Um dos sinais é a congestão e aumento de volume das mamas, cuja rede venosa subcutânea torna-se mais visível cerca de 8 semanas (sinal de Haller).
 - (C) A genitália revela mucosa de tonalidade arroxeada na vulva (sinal de Jacquemier ou de Chadwick) e na vagina (sinal de Kluge).
 - (D) O útero tem consistência diminuída pela embebição gravídica, o que pode ser percebido já ao fim do segundo mês pelo toque vaginal.
 - (E) O encontro da placenta em meio ao conteúdo vaginal é normal. A placenta é formada de vilosidades coriais, que podem ser visualizadas sem testes laboratoriais porque somente se degeneram após 8 a 10 dias.

27. Tendo em vista a tanatognose, observa-se que
- (A) a putrefação obedece seqüencialmente as fases gasosa, da coloração, da esqueletização e coliquativa.
 - (B) a corificação é um fenômeno transformativo conservador que atinge fetos retidos em cavidade abdominal, em decorrência da rotura de gestação tubária, podendo se apresentar nas partes moles de um cadáver adulto.
 - (C) tanto os livores cadavéricos quanto as hipóstases têm grande importância na determinação da posição do cadáver no momento do óbito.
 - (D) a rigidez cadavérica, em regra, inicia-se de 1 a 3 horas após o óbito, instala-se completamente entre 6 e 8 horas e permanece até a saponificação.
 - (E) a maceração faz com que o cadáver adquira uma aparência de agigantamento, com protusão da língua, inchaço da genitália e destacamento da epiderme.

28. Dentre outros, são considerados limites e modificadores da responsabilidade penal e da capacidade civil, mas de natureza psicopatológica, os seguintes:
- (A) afasia, sonambulismo e hipnotismo.
 - (B) prodigalidade, neuroses e idade.
 - (C) agonia dos moribundos, hipnotismo e deficiências de inteligência.
 - (D) emoção e paixão, surdo-mudez e dependência de drogas.
 - (E) psicologia coletiva das multidões, causa e circunstâncias do crime e doenças mentais.

Direito Civil

29. A indenização por injúria, difamação ou calúnia, se o ofendido não puder provar prejuízo material, será fixada pelo juiz
- (A) entre cinquenta e cem vezes o maior salário mínimo vigente no país.
 - (B) no dobro da multa no grau máximo da pena criminal correspondente.
 - (C) em até três vezes do valor da multa no grau máximo da pena criminal correspondente.
 - (D) eqüitativamente, na conformidade das circunstâncias do caso.
 - (E) entre cinco e cem vezes o maior salário mínimo vigente no país.

30. A respeito da eficácia da lei no tempo e no espaço, é correto afirmar:
- (A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país na data de sua publicação.
 - (B) O regime de bens convencional, sendo os nubentes domiciliados em países diversos, obedece à lei do país do primeiro domicílio conjugal, independentemente do lugar da celebração.
 - (C) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 45 dias depois de oficialmente publicada.
 - (D) As correções a texto de lei já publicada e em vigor não se consideram lei nova.
 - (E) Se a lei revogadora perder a vigência, a lei revogada se restaura, independentemente de disposição nesse sentido.

31. No que tange a aspectos do usufruto, é certo que
- (A) o usufrutuário pode ceder o seu exercício por título oneroso.
 - (B) o usufruto só pode recair em bens imóveis.
 - (C) o doador está obrigado à caução se reservar o usufruto da coisa doada.
 - (D) o usufrutuário é obrigado a pagar as deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto.
 - (E) os frutos civis, vencidos na data inicial do usufruto, pertencem ao usufrutuário.

32. A legislação civil prevê que no regime de comunhão parcial entram na comunhão
- (A) as pensões, meio-soldos, montepios e outras rendas semelhantes.
 - (B) os bens que sobrevierem a cada cônjuge, na constância do casamento, por doação.
 - (C) as obrigações provenientes de atos ilícitos quando não reverterem em proveito do casal.
 - (D) os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge.
 - (E) as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.

33. O divórcio
- (A) poderá ser requerido pelos ascendentes, descendentes ou irmãos dos cônjuges, ainda que ambos sejam capazes.
 - (B) não poderá ser concedido sem que haja prévia partilha de bens, ainda que móveis de qualquer natureza.
 - (C) poderá ser requerido pelo curador, pelos ascendentes ou pelo irmão se o cônjuge for incapaz para propor a ação.
 - (D) resultante da conversão da separação judicial dos cônjuges será declarado por sentença, da qual deverá constar a causa que o determinou.
 - (E) modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos.

<p>34. Tendo em vista o instituto da adoção, observa-se que, dentre outras situações</p> <p>(A) o adotante há de ser no mínimo 10 anos e no máximo 15 anos mais velho que o adotado.</p> <p>(B) extinguem-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge do adotante e os respectivos parentes, se um dos cônjuges adota o filho do outro.</p> <p>(C) será admitida a adoção de um menor por duas pessoas, ainda que não sejam marido e mulher ou não vivam em união estável, se isso implicar em efetivo benefício para o adotante.</p> <p>(D) as relações de parentesco se estabelecem não só entre o adotante e o adotado, como também entre aquele e os descendentes deste e entre o adotado e todos os parentes do adotante.</p> <p>(E) a adoção atribui a situação de filho ao adotado, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes consanguíneos, inclusive quanto aos impedimentos para o casamento.</p>	<p>39. Consideram-se, dentre outros, bem móveis para os efeitos legais</p> <p>(A) as energias que tenham valor econômico.</p> <p>(B) o direito à sucessão aberta decorrente da declaração de ausência ou óbito.</p> <p>(C) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.</p> <p>(D) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reintegrarem.</p> <p>(E) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.</p>
<p>35. A respeito do bem de família, é certo que</p> <p>(A) os valores mobiliários constituídos como bem de família só podem ser alienados com o consentimento dos interessados e seus representantes legais, ouvido o Ministério Público.</p> <p>(B) dissolvida a sociedade conjugal pela morte de um dos cônjuges, o sobrevivente não poderá pedir a extinção do bem de família, se for o único bem do casal.</p> <p>(C) podem os cônjuges, mediante escritura pública, destinar até 2/3 (dois terços) do patrimônio líquido do casal existente à época da instituição para instituir bem de família.</p> <p>(D) o bem de família é isento de execução por dívidas anteriores e posteriores à sua instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao prédio, ou despesas de condomínio.</p> <p>(E) o prédio considerado bem de família pode ser alienado com o consentimento do núcleo familiar, dispensada a atuação do Ministério Público.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Comercial</p> <p>40. Em relação à recuperação judicial de empresa, é correto afirmar:</p> <p>(A) O Ministério Público tem sua atuação restrita à verificação da prática de crimes falimentares ou no curso da recuperação judicial.</p> <p>(B) Os crimes previstos na lei respectiva são de ação penal pública condicionada à representação dos credores.</p> <p>(C) A sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou extrajudicial é condição objetiva de punibilidade das infrações penais respectivas.</p> <p>(D) Na omissão do Ministério Público ao oferecimento de denúncia por crime falimentar, qualquer credor habilitado ou o administrador judicial poderá oferecer ação penal privada subsidiária da pública, observado o prazo decadencial de três meses.</p> <p>(E) A inabilitação para o exercício de atividade empresarial é efeito automático da condenação por crime falimentar.</p>
<p>36. Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais,</p> <p>(A) todos herdarão em partes iguais.</p> <p>(B) cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.</p> <p>(C) somente herdarão os irmãos unilaterais.</p> <p>(D) somente herdarão os irmãos bilaterais.</p> <p>(E) estes somente herdarão se habitarem imóvel do falecido.</p>	<p>41. A duplicata mercantil, enquanto título causal,</p> <p>(A) está sujeita a regime jurídico diverso do cambial.</p> <p>(B) sujeita-se ao regime jurídico cambial e, portanto, aos princípios da cartularidade, da literalidade e da autonomia das obrigações.</p> <p>(C) pode ser sacada em qualquer hipótese, segundo a vontade das partes interessadas.</p> <p>(D) não se vincula especificamente a nenhum negócio jurídico.</p> <p>(E) não pode ser tida como um título de crédito abstrato, se examinada sua origem.</p>
<p>37. O testamento cerrado</p> <p>(A) independe de aprovação por tabelião.</p> <p>(B) só pode ser manuscrito, não pode ser escrito mecanicamente.</p> <p>(C) pode ser feito por quem não saiba ou não possa ler.</p> <p>(D) não pode ser escrito por outrem rogo do testador.</p> <p>(E) pode ser escrito em língua estrangeira pelo próprio testador.</p>	<p>42. A desconsideração da pessoa jurídica</p> <p>(A) será configurada apenas com a insolvência do ente coletivo, sem outras considerações.</p> <p>(B) não ocorre no direito brasileiro, dada a separação patrimonial entre pessoas físicas e jurídicas.</p> <p>(C) restringe-se às relações consumeristas.</p> <p>(D) implicará responsabilização pessoal, direta, do sócio por obrigação original da empresa, em caso de fraude ou abuso, caracterizando desvio de finalidade ou confusão patrimonial.</p> <p>(E) prescinde de fraude para sua caracterização, bastando a impossibilidade de a pessoa jurídica adimplir as obrigações assumidas.</p>
<p>38. No Registro de Imóveis será feita, dentre outras, a averbação</p> <p>(A) da arrematação e da adjudicação em hasta pública.</p> <p>(B) dos formais de partilha.</p> <p>(C) da servidão ambiental.</p> <p>(D) da permuta.</p> <p>(E) da dação em pagamento.</p>	<p>43. É INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Como regra, considera-se empresária a sociedade cujo objeto é o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro; e, simples, as demais.</p> <p>(B) A personalidade jurídica da sociedade só se forma com a inscrição, no registro próprio e no modo da lei, de seus atos constitutivos.</p> <p>(C) Na sociedade limitada, é solidária a responsabilidade de todos os sócios pela integralização do capital social, mas a responsabilidade individual dos sócios é restrita ao valor de suas quotas.</p> <p>(D) O ato de transformação da sociedade depende de sua dissolução ou liquidação, bem como do consentimento de todos os sócios, em qualquer hipótese.</p> <p>(E) Entre outros, são deveres do liquidante ultimar os negócios da sociedade, realizar o ativo, pagar o passivo e partilhar o remanescente entre os sócios ou acionistas.</p>

<p>44. Em relação aos títulos de crédito, é certo que</p> <p>(A) a prática comercial de emissão de cheque com data futura de apresentação, conhecido como cheque “pré-datado”, desnatura sua qualidade cambiariforme, por representar mera garantia de dívida.</p> <p>(B) não existe a figura do aceite na letra de câmbio, embora seja da substância da duplicata, por ser causal.</p> <p>(C) o valor exato e certo contido em uma nota promissória não pode sofrer acréscimos de juros ou de correção monetária, pois isso implicaria ausência de liquidez do título.</p> <p>(D) a cédula de crédito bancário permite a aposição de juros, vedada porém sua capitalização, isto é, a cobrança de juros compostos.</p> <p>(E) o emitente da duplicata deve enquadrar-se como comerciante ou prestador de serviços, incluindo-se aquele que fabrica produtos e o profissional liberal, ao qual também se permite a emissão.</p>	<p>48. A respeito da antecipação da tutela pretendida no pedido inicial, é correto afirmar:</p> <p>(A) Não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.</p> <p>(B) Uma vez concedida, só poderá ser revogada ou modificada em grau de recurso.</p> <p>(C) Se for concedida e não houver recurso do réu, o processo será julgado extinto.</p> <p>(D) Não poderá ser concedida quando ficar caracterizado o manifesto propósito protelatório do réu.</p> <p>(E) O juiz, na decisão que a concede, não precisa indicar, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>45. Uma ação fundada em direito pessoal, com foro de eleição estabelecido contratualmente em lugar diferente dos domicílios do autor e do réu, foi proposta no foro do domicílio do autor. Citado, o réu não opôs exceção de incompetência. Numa ação posterior conexa entre as mesmas partes, o réu</p> <p>(A) só pode opor exceção de incompetência fundada no foro de eleição, porque o foro de eleição prevalece sobre qualquer outro.</p> <p>(B) não pode opor exceção de incompetência fundada no foro de eleição, porque a competência da primeira ação prorrogou-se para a ação conexa.</p> <p>(C) só pode opor exceção de incompetência fundada no foro de seu domicílio, porque este prevalece sobre o foro do domicílio do autor.</p> <p>(D) pode opor exceção de incompetência fundada no foro de eleição ou no foro de seu domicílio, porque se trata de demanda diversa.</p> <p>(E) só pode opor exceção de incompetência fundada no foro de seu domicílio se tiver mudado de domicílio após o prazo para contestação da primeira ação.</p>	<p>49. Se o réu não contestar a ação,</p> <p>(A) os efeitos da revelia incidem sobre o direito do réu.</p> <p>(B) o autor não poderá, sem nova citação do réu, demandar declaração incidente.</p> <p>(C) ocorrerá presunção absoluta de veracidade dos fatos alegados pelo autor.</p> <p>(D) o autor poderá livremente, sem nova citação do réu, alterar o pedido ou causa de pedir.</p> <p>(E) esta deverá necessariamente ser julgada procedente.</p>
<p>46. O juiz está legalmente impedido de exercer as suas funções no processo contencioso em que</p> <p>(A) for cliente do advogado de uma das partes.</p> <p>(B) for amigo íntimo do advogado de uma das partes.</p> <p>(C) seu cunhado estiver postulando, como advogado de uma das partes.</p> <p>(D) tiver aconselhado o advogado de uma das partes.</p> <p>(E) tiver recebido dádivas do advogado de uma das partes.</p>	<p>50. No procedimento sumário NÃO se admite</p> <p>(A) formulação de pedido contraposto pelo réu.</p> <p>(B) assistência.</p> <p>(C) recurso de terceiro prejudicado.</p> <p>(D) intervenção fundada em contrato de seguro.</p> <p>(E) ação declaratória incidental.</p>
<p>47. O valor da causa será,</p> <p>(A) havendo cumulação de pedidos, o de maior valor.</p> <p>(B) sendo alternativos os pedidos, o de menor valor.</p> <p>(C) se houver pedido subsidiário, a soma deste com o principal.</p> <p>(D) na ação de divisão, a estimativa oficial para lançamento do imposto.</p> <p>(E) quando se litiga sobre prestações vencidas, a soma de doze prestações mensais.</p>	<p>51. A apelação será recebida, dentre outros casos, em seu efeito suspensivo e devolutivo, quando interposta de sentença que</p> <p>(A) confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.</p> <p>(B) julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem.</p> <p>(C) exonerar o autor da pensão alimentícia.</p> <p>(D) extinguir o feito sem resolução do mérito.</p> <p>(E) homologar a divisão.</p>
	<p>52. Na ação monitória,</p> <p>(A) os embargos poderão ser oferecidos no prazo de 10 (dez) dias.</p> <p>(B) os embargos dependem da prévia segurança do juízo.</p> <p>(C) os embargos serão processados pelo procedimento sumário.</p> <p>(D) da decisão que julga intempestivos os embargos cabe agravo.</p> <p>(E) não cabe reconvenção.</p>
	<p>53. No processo de justificação</p> <p>(A) não será facultada a juntada de documentos.</p> <p>(B) não se admite depoimento pessoal.</p> <p>(C) o prazo para contestação é de 5 (cinco) dias.</p> <p>(D) o juiz, afinal, pronunciar-se-á sobre o mérito da prova.</p> <p>(E) é admissível a reconvenção.</p>

<p>54. Em matéria de alimentos, é certo que</p> <p>(A) da decretação de prisão do devedor de valor alimentício cabe agravo de instrumento que terá efeito suspensivo.</p> <p>(B) numa ação dessa natureza, a quantia mensal fixada liminarmente pelo juiz denomina-se alimentos provisionais.</p> <p>(C) a majoração da verba alimentar em ação revisional não poderá retroagir à data da citação.</p> <p>(D) a prescrição quinquenal alcança não só as prestações mensais como também o direito de alimentos, visto que este, por sua natureza admite dispensa.</p> <p>(E) na ação de exoneração julgada procedente, os alimentos são devidos até o trânsito em julgado da decisão proferida na causa.</p>	<p>58. No que diz respeito a interpretação constitucional e, especialmente, em conformidade com a doutrina de J.J. Gomes Canotilho, analise:</p> <p>I. “O texto de uma Constituição deve ser interpretado de forma a evitar contradições (antinomias) entre suas normas e, sobretudo, entre os princípios constitucionalmente estabelecidos. O intérprete deve considerar a Constituição na sua globalidade procurando harmonizar suas aparentes contradições; não pode interpretar suas disposições como normas isoladas e dispersas, mas sim como preceitos integrados em um sistema interno unitário de regras e princípios.”</p> <p>II. “O intérprete não pode chegar a um resultado que subverta ou perturbe o esquema organizatório-funcional estabelecido pelo constituinte. Assim, a aplicação das normas constitucionais propostas pelo intérprete não pode implicar alteração na estrutura de repartição de poderes e exercício das competências constitucionais estabelecidas pelo constituinte originário.”</p> <p>Esses aspectos de interpretação dizem respeito, respectivamente, aos princípios</p> <p>(A) da harmonização e normativo-estruturante. (B) normativo-estruturante e hermenêutico-concretizador. (C) do efeito integrador e da unidade da Constituição. (D) da unidade da Constituição e da justeza. (E) da justeza e da força normativa da Constituição.</p>
<p>55. Nos Juizados Especiais Cíveis,</p> <p>(A) admitir-se-á intervenção de terceiros e a assistência.</p> <p>(B) podem ser ajuizadas causas relativas ao estado e capacidade das pessoas, desde que de cunho patrimonial.</p> <p>(C) não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.</p> <p>(D) não se admite a propositura de ação por microempresas.</p> <p>(E) cabe recurso contra a sentença condenatória no prazo de 15 (quinze) dias.</p>	<p>59. Sobre os direitos individuais e coletivos é correto afirmar:</p> <p>(A) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de concessionários de serviços públicos, respondendo o autor pelo ônus da sucumbência.</p> <p>(B) Aos autores de inventos industriais a lei assegurará privilégio, porém apenas temporário para sua utilização, assim como proteção aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social.</p> <p>(C) As entidades associativas com tempo de funcionamento inferior a dois anos não tem legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.</p> <p>(D) A lei considera crimes inafiançáveis e insuscetíveis de indulto a prática de crime hediondo, por eles respondendo os executores, com exclusão dos, que podendo evitá-los, se omitirem.</p> <p>(E) A lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais, salvo no único caso da defesa da intimidade o exigir.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>56. Tendo em vista os efeitos da Constituição nova sobre a Constituição anterior, conclui-se que</p> <p>(A) a recepção tem a característica de fenômeno expreso, que para ocorrer depende de disposição expressa na nova Constituição, mas em alguns casos é tácito.</p> <p>(B) foi adotada a desconstitucionalização na vigente Constituição Federal, porém de forma genérica e de certos dispositivos da Constituição anterior.</p> <p>(C) as normas integrantes do direito anterior, ainda que incompatíveis com a nova Constituição podem ingressar no novo ordenamento constitucional.</p> <p>(D) as leis pré-constitucionais que estiverem em vigor no momento da promulgação da nova Constituição serão sempre recepcionadas.</p> <p>(E) o fenômeno jurídico da repristinação, dentre outras situações, só ocorre se houver disposição expressa na nova Constituição, visto não haver repristinação tácita.</p>	<p>60. Em matéria de finanças públicas, sob o aspecto constitucional, é certo que, as disponibilidades de caixa da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão depositadas, respectivamente,</p> <p>(A) no Banco Central e, de regra, em instituições financeiras oficiais. É vedada, sem autorização específica, a utilização de recursos do orçamento fiscal para suprir necessidades ou cobrir déficit de fundos e empresas do Poder Público, entre outras.</p> <p>(B) no Banco do Brasil e, de regra, em suas Caixas Econômicas estaduais. Não é permitida a realização de despesas que excedam os créditos orçamentários, mas não os adicionais.</p> <p>(C) na Caixa Econômica Federal e, de regra, nas instituições financeiras estaduais. É facultada a abertura de crédito especial de urgência, ainda que sem indicação dos recursos correspondentes.</p> <p>(D) no Banco Central ou Banco do Brasil e em instituições financeiras particulares ou oficiais. É vedada a concessão ou utilização de créditos orçamentários ilimitados.</p> <p>(E) no Banco Central ou Caixa Econômica Federal e em bancos privados de notória idoneidade financeira. É permitida, desde que por decreto, a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra.</p>
<p>57. No que tange à repartição de competências legislativas, é INCORRETA a assertiva:</p> <p>(A) Compete aos Estados e Municípios legislar sobre crimes de responsabilidade relacionados, respectivamente, às autoridades estaduais e municipais.</p> <p>(B) É competência privativa da União legislar, dentre outras matérias, sobre vencimentos das polícias civil e militar do Distrito Federal.</p> <p>(C) A competência concorrente sobre as matérias enumeradas na Constituição Federal abrange a União, os Estados e Distrito Federal, excluídos os Municípios.</p> <p>(D) Os Estados poderão ter competência para certos assuntos quando delegados pela União, porém sobre questões específicas das matérias da competência federal privativa.</p> <p>(E) Os Municípios têm competência suplementar para suprir lacunas da legislação federal e estadual, mas sem contraditá-las, e competência exclusiva para assuntos de interesse local.</p>	

<p>61. Lei ordinária assegura aos servidores públicos a percepção do Abono de Natal correspondente a 1 (um) mês de remuneração. Ocorre que medida provisória ampliou esse benefício para conceder mais 50% (cinquenta) por cento por ocasião do aniversário do servidor. Entretanto a medida provisória foi rejeitada pelo Congresso Nacional. Nesse caso, para a solução dos que já receberam o benefício entre o período da edição dessa espécie normativa e sua rejeição,</p> <p>(A) o Judiciário, por meio de provimento, pelo respectivo plenário deliberará, dentro do prazo de 6 (seis) meses sobre as relações jurídicas e administrativas ocorridas no período de vigência da medida provisória.</p> <p>(B) a Câmara dos Deputados regulamentará mediante resolução, no prazo legalmente estabelecido, todas as situações havidas no período de vigência da medida provisória rejeitada.</p> <p>(C) o Senado Federal editará lei delegada, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, disciplinando as situações ocorridas no período de vigência da medida provisória que sofreu a rejeição.</p> <p>(D) o Congresso Nacional deverá disciplinar por meio de decreto legislativo, no prazo constitucionalmente estabelecido, as relações jurídicas consolidadas durante a vigência da medida provisória.</p> <p>(E) o Presidente da República deverá editar nova medida provisória para regulamentar as situações ocorridas dentro do prazo de vigência da medida provisória rejeitada.</p>	<p>64. Considerando a competência constitucional originária NÃO cabe ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de conflitos</p> <p>(A) de competências entre o Ministério Público federal e o estadual, salvo quando configurado virtual conflito de jurisdição que, por força de interpretação analógica, seja de competência do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) entre o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Regionais Federais ou Tribunais de Justiça dos Estados, por estar descaracterizado o conflito e ser a hipótese de hierarquia de jurisdição, visto que estes (TRF e TJ) se submetem jurisdicionalmente àquele (STJ).</p> <p>(C) envolvendo Tribunais Superiores e juízes vinculados a outros Tribunais, a exemplo de juiz federal vinculado ao Tribunal Regional Federal e o Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(D) das causas cíveis em que entidades da Administração indireta federal, estadual ou distrital contendam, entre si, ou com entidade política da Federação diversa daquela a cuja estrutura se integrem, desde que decorra "conflito federativo".</p> <p>(E) travados entre duas entidades políticas (União, Estado membro e Distrito Federal), mesmo independentemente da maior ou menor relevância federativa do objeto ou das questões envolvidas na lide.</p>
<p>62. Tendo em vista os aspectos constitucionais relativos à necessidade de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, é correto afirmar que</p> <p>(A) a Serra do Mar Paulista, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira de Pernambuco, entre outras, são patrimônios estaduais e sua utilização far-se-á livremente, na forma da lei dos respectivos Estados.</p> <p>(B) as usinas que operem com reator nuclear devem ter sua localização definida em lei do município, por ser este o titular exclusivo do interesse local, sem o que não poderá ser instalada.</p> <p>(C) a edição de uma lei estadual, a exemplo daquela que autorize ou regulamente a realização de "briga de galo" é considerada inconstitucional, em razão das regras norteadoras do meio ambiente.</p> <p>(D) as terras devolutas ou as arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, são disponíveis e dispensam sua desafetação pelo Poder Público em geral.</p> <p>(E) incumbe ao Poder Público federal, com exclusividade, preservar e restaurar processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.</p>	<p>65. Os membros do Ministério Público são processados e julgados originariamente, por certos tribunais do Poder Judiciário e, em alguns casos, pelo Poder Legislativo por força da plena autonomia funcional no desempenho de suas funções. Assim, é correto afirmar que, em relação</p> <p>(A) aos membros do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais, a competência para os crimes comuns e os de responsabilidade será do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) aos membros do Ministério Público da União e dos Estados que oficiem perante os juízos de primeiro grau, a competência para os crimes comuns e de responsabilidade será dos Tribunais Superiores.</p> <p>(C) ao Procurador-Geral da República serão competentes o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, e a Câmara dos Deputados, nos crimes de responsabilidade.</p> <p>(D) a todos os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, serão competentes o Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns, e o Congresso Nacional, nos crimes de responsabilidade.</p> <p>(E) ao Procurador-Geral da República e aos Procuradores-Gerais de Justiça, a competência será do Superior Tribunal de Justiça, nos crimes comuns, e do Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.</p>
<p>63. No controle abstrato de constitucionalidade, encontra-se a argüição de descumprimento de preceito fundamental. Entre outras, é considerada uma das peculiaridades da referida argüição constitucional</p> <p>(A) sua subsidiariedade, mas que deve ser aferida, essencialmente, em face das ações objetivas do controle de constitucionalidade já consolidadas no sistema constitucional.</p> <p>(B) a eficácia da decisão apenas entre as partes, embora com efeito vinculativo, e a produção de seus efeitos iniciais a partir da publicação do ato de julgamento no Diário Oficial da União.</p> <p>(C) ter como legitimados ativos os mesmos legitimados, salvo entidades, à propositura da ação direta de inconstitucionalidade, assim como, qualquer pessoa lesada ou ameaçada pelo Poder Público.</p> <p>(D) ser permitida sua desistência, uma vez ajuizada essa ação de argüição de preceito fundamental, por ter natureza de processo subjetivo, conforme previsão legal e doutrina dominante.</p> <p>(E) a enumeração das normas constitucionais que devem ser consideradas como preceitos fundamentais, ficando assim, restrita aos denominados "princípios fundamentais".</p>	<p style="text-align: center;">Direito Tributário</p> <p>66. O imposto sobre</p> <p>(A) serviços transmunicipais é de competência da União.</p> <p>(B) a propriedade territorial rural é de competência do Município.</p> <p>(C) operações de crédito é de competência dos Estados-membros.</p> <p>(D) grandes fortunas é de competência da União.</p> <p>(E) transmissão de bens imóveis a título oneroso por ato <i>inter vivos</i> é de competência dos Estados-membros.</p>

<p>67. A Lei de Responsabilidade Fiscal</p> <p>(A) é uma lei complementar que prevê crimes de responsabilidade.</p> <p>(B) define os limites mínimos de despesas com pessoal da União, dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p>(C) disciplina a renúncia de receita, apresentando as condições para sua efetivação.</p> <p>(D) disciplina o plano plurianual, definindo de forma enumerada seu objeto.</p> <p>(E) é omissa quanto às operações créditos de cada ente da Federação.</p>	<p>71. A aplicabilidade do "princípio da padronização" em matéria de compras pela Administração Pública deve observar certos requisitos. Dentre outros, aponta-se</p> <p>(A) sua livre adoção, desde que haja necessidade da mercadoria ou do objeto, tudo ao alvedrio da autoridade administrativa competente, por ser esta o titular do poder discricionário e estar atendendo a possibilidade de uniformização.</p> <p>(B) o intuito de evitar aquisições de bens diferentes nos seus elementos componentes, na qualidade, na produtividade, na durabilidade, com implicação direta e imediata na manutenção, na assistência técnica, nos custos, no controle e na atividade administrativa.</p> <p>(C) a desnecessidade de um processo administrativo formal de uniformização ou padronização, tendo em vista a celeridade do procedimento licitatório, sendo suficiente a simples deliberação da comissão de licitação.</p> <p>(D) a instauração de um processo administrativo para fins de padronização, se assim entender a Administração Pública, com natureza contenciosa, de sorte a permitir aos vários produtores de bens similares a efetiva participação.</p> <p>(E) a vedação, em qualquer hipótese, de preferência de marca considerando a exclusividade do produtor ou vendedor, ainda que dentro de uma padronização ou uniformização e da conveniência de continuidade dessa marca.</p>
<p>68. É exceção aos princípios da anterioridade, mas deve obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal, o imposto sobre</p> <p>(A) a renda e proventos de qualquer natureza.</p> <p>(B) serviços de qualquer natureza.</p> <p>(C) importação.</p> <p>(D) operações de câmbio e valores mobiliários.</p> <p>(E) produtos industrializados.</p>	<p>72. Tendo em vista a classificação dos atos administrativos, quanto aos seus efeitos, é certo que os atos, entre outros, que</p> <p>(A) certificam a alteração havida na denominação de uma rua ou os que atestam o nascimento de uma pessoa são caracterizados como constitutivos.</p> <p>(B) colocam em disponibilidade um servidor público ou os que afirmam a desnecessidade de cargos públicos são considerados declaratórios.</p> <p>(C) outorgam permissão de serviço público ou de autorização para a exploração de jazida são considerados constitutivos.</p> <p>(D) reconhecem insegura uma edificação ou se determinado prédio é seguro para a realização de uma atividade são caracterizados como constitutivos.</p> <p>(E) nomeiam servidores públicos ou impõem sanções administrativas, inclusive a particulares, são considerados declaratórios.</p>
<p>69. A isenção</p> <p>(A) tem previsão expressa na Constituição Federal em relação a contribuições sociais.</p> <p>(B) deve ser instituída por lei do ente político competente para instituir o tributo.</p> <p>(C) não pode ser revogada, quando concedida por prazo certo e em caráter geral.</p> <p>(D) é causa de extinção do crédito tributário.</p> <p>(E) pode alcançar somente os impostos e as contribuições especiais que tenham natureza jurídica específica de imposto.</p>	<p>73. Em relação aos contratos administrativos analise:</p> <ul style="list-style-type: none"> – O ajuste administrativo pelo qual a Administração Pública adquire coisas móveis (materiais, produtos industrializados, gêneros alimentícios e outros) necessárias à realização de suas obras ou à manutenção de seus serviços. – O ajuste celebrado pelo Poder Público com órgãos e entidades da Administração direta, indireta e entidades privadas qualificadas como organizações sociais para lhes ampliar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira, ou para lhes prestar variados auxílios e lhes fixar metas de desempenho e consecução de seus objetivos. – O ajuste que regra obrigações decorrentes do consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos. <p>Os supra referidos ajustes dizem respeito, respectivamente, aos contratos de</p> <p>(A) fornecimento, de gestão e de programa.</p> <p>(B) gestão, de programa e de parceria.</p> <p>(C) gerenciamento, de programa e de gestão.</p> <p>(D) fornecimento, de parceria e de gerenciamento.</p> <p>(E) fornecimento, de gerenciamento e de gestão.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>70. Os poderes administrativos estão sujeitos a certas peculiaridades. No poder de polícia destaca-se, entre outras, a</p> <p>(A) auto-executoriedade, mas sem a coercibilidade no sentido de evitar o abuso ou o excesso de poder pelo agente da Administração.</p> <p>(B) natureza renunciável do referido poder de polícia, visto que a entidade que detém a competência pode demitir-se desse poder.</p> <p>(C) identidade com os Poderes de Estado, porque esse poder administrativo só pode ser exercido pelo respectivo órgão político-constitucional do Governo.</p> <p>(D) sua incidência sobre bens, direitos, atividades e pessoas, por não haver distinção razoável com a polícia judiciária e a manutenção da ordem pública.</p> <p>(E) exclusividade do policiamento administrativo, sendo exceção a concorrência desse policiamento entre as Administrações interessadas.</p>	

<p>74. No que diz respeito aos servidores públicos é INCORRETO afirmar, tecnicamente, que os</p> <p>(A) empregados públicos da Administração direta e indireta, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, titulares de emprego público, recebem salário como remuneração.</p> <p>(B) detentores de mandato eletivo e os chefes do Executivo recebem subsídio, constituído de parcela única, a título de remuneração.</p> <p>(C) servidores, pelo exercício de cargo público, recebem vencimentos, como espécie de remuneração, e correspondem à soma do vencimento e das vantagens pecuniárias.</p> <p>(D) agentes políticos, a exemplo dos membros do Ministério Público e dos Juízes de Direito, recebem vencimentos a título de retribuição pecuniária.</p> <p>(E) os Conselheiros dos Tribunais de Contas recebem subsídio, visto como uma modalidade do sistema remuneratório constitucional.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Eleitoral</p> <p>77. Integram os Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outros,</p> <p>(A) dois Desembargadores do Tribunal de Justiça do respectivo Estado, nomeados pelo Presidente da República.</p> <p>(B) dois Juízes de Direito, escolhidos, mediante eleição, pelo voto secreto, pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.</p> <p>(C) um representante do Ministério Público Eleitoral, indicado pelo Procurador-Geral Eleitoral.</p> <p>(D) um Juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado ou do Distrito Federal, nomeado pelo Presidente da República.</p> <p>(E) um Juiz Federal nomeado pelo Presidente da República.</p>
<p>75. Considerando que os serviços públicos são remunerados por taxa ou tarifa, cujos usuários devem satisfazer as obrigações concernentes ao pagamento, pode-se afirmar que</p> <p>(A) os serviços de distribuição de energia elétrica domiciliar são custeados por tarifa, enquanto que os de coleta de esgoto sanitário e distribuição de água domiciliar por taxa ou tarifa, dependendo da espécie de fruição.</p> <p>(B) os serviços de telefonia são custeados por tarifa, enquanto que os de energia elétrica domiciliar são custeados mediante taxa ou pelos impostos gerais.</p> <p>(C) tanto os serviços de coleta de esgoto sanitário e os de distribuição de água domiciliar são custeados por imposto, enquanto que os de coleta de lixo são custeados por preço público.</p> <p>(D) a taxa remuneratória dos serviços públicos deve ser estabelecida por decreto do Chefe do Executivo, enquanto que o valor do preço público deve ser criado ou aumentado por lei.</p> <p>(E) a taxa e a tarifa, sendo ou não subsidiada a prestação do serviço, nunca estão sujeitas ao princípio da compensação face à natureza do serviço público.</p>	<p>78. Cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais que</p> <p>(A) decretarem a perda do tempo relativo ao horário eleitoral gratuito.</p> <p>(B) confirmarem imposição de multa por infração de norma relativa à propaganda eleitoral.</p> <p>(C) denegarem o direito de resposta no horário eleitoral gratuito.</p> <p>(D) aplicarem sanção a partido político por infração de normas relativas à propaganda partidária.</p> <p>(E) denegarem mandado de segurança.</p>
<p>76. No conteúdo do domínio público encontram-se as terras e águas públicas. Diante disso, pode-se afirmar que,</p> <p>(A) os terrenos reservados são as faixas de terra particulares, marginais dos rios, lagos e canais públicos, na largura de 15 (quinze) metros, oneradas com servidão de trânsito apenas para o Poder Público.</p> <p>(B) as águas externas compreendem o mar territorial, os portos, os canais, os ancoradouros, baías, golfos e estuários.</p> <p>(C) as terras devolutas são aquelas pertencentes ao domínio público, ainda que utilizadas normalmente pelo Poder Público, com ou sem destinação a fins administrativos específicos.</p> <p>(D) as quedas d'água são consideradas constitucionalmente propriedade móvel face ao potencial de energia elétrica e o efeito de exploração industrial.</p> <p>(E) o domínio do Estado brasileiro sobre terrenos acrescidos, álveos abandonados e águas internas e externas é completo e soberano, motivo pelo qual não sofre quaisquer restrições.</p>	<p>79. A partir de 1^a de julho do ano da eleição, NÃO é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário,</p> <p>(A) divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção.</p> <p>(B) transmitir, em forma de entrevista jornalística, imagens da realização de pesquisa, em que seja possível identificar o entrevistado.</p> <p>(C) difundir opinião contrária a representante de partido político.</p> <p>(D) veicular programa jornalístico com alusão a candidato ou partido político.</p> <p>(E) veicular novelas ou minisséries com crítica dissimulada a partido político.</p> <p>80. A respeito da inelegibilidade, considere:</p> <p>I. É de 6 meses o prazo para desincompatibilização para candidatarem-se Presidente da República dos que tenham ocupado cargo ou função de direção em entidades representativas de classe, mantidas parcialmente por contribuições impostas pelo poder público.</p> <p>II. É de 6 meses o prazo para desincompatibilização para candidatarem-se Presidente da República dos membros do Tribunal de Contas da União.</p> <p>III. É de 4 meses o prazo para desincompatibilização para candidatarem-se Presidente da República dos que tenham exercido em qualquer dos poderes da União, cargo ou função de nomeação do Presidente da República, sujeito à aprovação prévia do Senado Federal.</p> <p>IV. É de 3 meses o prazo para desincompatibilização para candidatarem-se Presidente da República dos servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>

Direitos Difusos e Coletivos	
<p>81. A Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006,</p> <p>(A) visa a coibir apenas a violência física e sexual contra a mulher, no âmbito doméstico e familiar.</p> <p>(B) admite a renúncia à representação da ofendida perante o juiz, ouvido o Ministério Público, antes ou após o recebimento da denúncia.</p> <p>(C) permite a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de caráter pecuniário.</p> <p>(D) dispõe que o Ministério Público intervirá somente nas causas criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.</p> <p>(E) dispõe que caberá ao Ministério Público, entre outras atribuições, requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.</p>	<p>85. No que diz respeito ao inquérito civil, observa-se que</p> <p>(A) pode ser instaurado sob a presidência do Ministério Público, ao qual incumbe requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, cuja remessa não pode ser negada em nenhuma hipótese.</p> <p>(B) pode ser arquivado judicialmente, após requerimento do Ministério Público nesse sentido.</p> <p>(C) a promoção de seu arquivamento é efetivada pelo próprio órgão do Ministério Público, que a submeterá a exame e deliberação de seu Conselho Superior, necessariamente, sob pena de incorrer em falta grave.</p> <p>(D) a promoção de seu arquivamento incumbe ao próprio órgão do Ministério Público, fundamentadamente, de modo facultativo podendo ser enviado a exame e deliberação de seu Conselho Superior.</p> <p>(E) pode ser instaurado por requisição do Ministério Público, a partir de então cabendo sua presidência ao juiz competente para processar e julgar a causa.</p>
<p>82. A defesa coletiva do consumidor em juízo será exercida</p> <p>(A) quando se tratar de interesses ou direitos difusos ou coletivos, bem como individuais homogêneos, legitimado concorrentemente o Ministério Público.</p> <p>(B) quando se tratar de interesses ou direitos difusos ou coletivos, apenas, legitimado exclusivamente o Ministério Público.</p> <p>(C) quando se tratar de interesses ou direitos individuais homogêneos, apenas, legitimado concorrentemente o Ministério Público.</p> <p>(D) quando se tratar de interesses ou direitos difusos ou coletivos, bem como individuais homogêneos, legitimado exclusivamente o Ministério Público.</p> <p>(E) concorrentemente, pelo Ministério Público e por associações legalmente constituídas há pelo menos um ano, em qualquer caso.</p>	<p>86. Assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) É princípio constitucionalmente garantido o de que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, definindo os critérios de sua admissão.</p> <p>(B) Fabricar, distribuir, comercializar ou veicular símbolos que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo, gera responsabilização civil, por danos morais, mas não criminal.</p> <p>(C) Negar ou obstar emprego em empresa privada, em razão de preconceito ou discriminação de raça, cor ou etnia pode gerar, como efeito de condenação criminal, a suspensão de seu funcionamento por até seis meses.</p> <p>(D) Só é crime a remoção de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa ou cadáver que tenha sido realizada mediante paga ou promessa de recompensa.</p> <p>(E) Os idosos devem ser amparados pela sociedade e pelo Estado, exclusivamente, devendo os programas de proteção ser executados preferencialmente em unidades do Sistema Único de Saúde.</p>
<p>83. NÃO é crime contra as relações de consumo:</p> <p>(A) impedir ou dificultar o acesso do consumidor a informações sobre ele constantes de cadastros, banco de dados, fichas e registros.</p> <p>(B) deixar de organizar dados fáticos, técnicos e científicos que dão base à publicidade.</p> <p>(C) fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a comportamento prejudicial ou perigoso a sua saúde ou segurança.</p> <p>(D) restringir direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou o equilíbrio contratual.</p> <p>(E) deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo.</p>	<p>87. “Em relação ao parcelamento do solo urbano, constitui crime contra a Administração Pública dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes do ato administrativo de licença.”</p> <p>Essa afirmação é</p> <p>(A) verdadeira, inexistindo forma qualificada para o tipo penal.</p> <p>(B) falsa, pois a conduta é geradora de consequências cíveis e administrativas, somente.</p> <p>(C) verdadeira, qualificando-se o delito se perpetrada a conduta sem autorização do órgão público competente.</p> <p>(D) falsa, tratando-se de conduta geradora somente de consequências administrativas.</p> <p>(E) verdadeira, qualificando-se o delito se cometido por meio de venda, promessa de venda, reserva de lote ou quaisquer outros instrumentos que manifestem a intenção de venda de lote em loteamento ou desmembramento não registrado no Registro de Imóveis competente.</p>
<p>84. Em relação à ação civil pública é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Sua propositura se dará no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.</p> <p>(B) Seu objeto restringe-se ao cumprimento de obrigações de fazer ou não fazer.</p> <p>(C) O Ministério Público tem legitimidade para propor tanto a cautelar como a ação principal.</p> <p>(D) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, deverão remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.</p> <p>(E) Se não intervier no processo da ação civil pública como parte, o Ministério Público atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.</p>	

<p>88. “Nas florestas plantadas, não consideradas de preservação permanente, é livre a extração de lenha e demais produtos florestais ou a fabricação de carvão”.</p> <p>Essa afirmação é</p> <p>(A) parcialmente verdadeira, por ser livre a extração de lenha e demais produtos florestais, mas não a fabricação de carvão.</p> <p>(B) verdadeira, mas nas demais florestas as condutas dependerão de norma estabelecida em ato do Poder Federal ou Estadual em obediência às prescrições técnicas e às peculiaridades locais.</p> <p>(C) parcialmente verdadeira, por ser livre a fabricação de carvão, mas não a extração de lenha e demais produtos florestais.</p> <p>(D) falsa, pois tanto a extração de lenha como a fabricação de carvão dependerão sempre de licenças dos órgãos ambientais competentes.</p> <p>(E) falsa, por inexistirem florestas que não sejam de preservação permanente.</p>	<p>91. Sobre o princípio do poluidor-pagador é correto afirmar:</p> <p>(A) Não encontra fundamento na Constituição Federal e em nenhum outro diploma legal pátrio.</p> <p>(B) Prescreve a obrigação que o poluidor tem de reparar os danos causados ao meio ambiente.</p> <p>(C) Confunde-se com o princípio do usuário-pagador.</p> <p>(D) É um princípio implícito no ordenamento jurídico.</p> <p>(E) Expressa a cobrança pelo uso dos recursos naturais que, ao serem explorados, geram poluição.</p>
<p>89. Em relação à política nacional do idoso, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A garantia de prioridade na proteção ao idoso compreende o acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais, bem como a preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas.</p> <p>(B) O idoso que se encontre no domínio de suas faculdades mentais pode optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.</p> <p>(C) As transações relativas a alimentos devidos aos idosos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça, que as referendará, passando então a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.</p> <p>(D) A função ministerial na proteção aos direitos do idoso compreende o livre acesso a toda entidade de atendimento ao idoso, desde que judicialmente autorizado.</p> <p>(E) As entidades de atendimento ao idoso são obrigadas a providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei.</p>	<p>92. O inquérito civil é um procedimento</p> <p>(A) judicial com finalidade investigativa sob a presidência do órgão do Ministério Público, destinado a colher provas para instrução de ação popular.</p> <p>(B) extraprocessual de natureza judicial, com finalidade de apurar dano ambiental e condenar o causador do dano na esfera civil.</p> <p>(C) administrativo obrigatório com finalidade investigativa sob a presidência do órgão do Ministério Público, destinado a instruir ação civil pública.</p> <p>(D) judicial e extraprocessual composto por duas fases, instauração e instrução, somente podendo ser concluído em sede de ação civil pública, se houver uma transação.</p> <p>(E) administrativo com finalidade investigativa e extraprocessual, sob a presidência do órgão do Ministério Público, destinado a colher provas para instruir ação civil pública.</p>
<p>90. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública:</p> <p>(A) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel ou quaisquer vantagens de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.</p> <p>(B) facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes de empresa incorporada ao patrimônio público.</p> <p>(C) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.</p> <p>(D) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.</p> <p>(E) celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.</p>	<p style="text-align: center;">Direito da Criança e do Adolescente</p> <p>93. João e Camila pleiteiam, judicialmente, que Ana lhes seja confiada, na condição de família substituta. Pedro e Cristina, pais biológicos de Ana, intervêm no pedido, anuindo. O juiz, nesse caso, deverá</p> <p>(A) julgar extinta a demanda, dada a ausência de advogado que represente os interesses das partes.</p> <p>(B) presidir audiência em que se procederá à oitiva dos pais biológicos, determinando, posteriormente, a realização de estudo social ou perícia por equipe interdisciplinar, concedendo prazo para manifestação do Ministério Público.</p> <p>(C) convocar o membro do Ministério Público e presidir audiência em que se procederá à oitiva dos pais biológicos, determinando, posteriormente, a realização de estudo social ou perícia por equipe interdisciplinar.</p> <p>(D) determinar, desde logo, a realização de estudo social ou perícia por equipe interdisciplinar, designando audiência de conciliação, instrução e julgamento, convocando para tanto o membro do Ministério Público.</p> <p>(E) intimar o membro do Ministério Público a se manifestar, determinando, posteriormente, a realização de estudo social ou perícia por equipe interdisciplinar, dispensando a oitiva dos pais biológicos.</p>

94. A inconformidade com uma portaria que disciplina a entrada e permanência de menores em bailes de carnaval, quando desacompanhados dos pais, deverá ser levada à deliberação
- (A) da segunda instância, por meio de recurso de apelação, equiparadas as esferas administrativa e jurisdicional.
 - (B) do Conselho da Magistratura, em reexame de ofício do ato administrativo.
 - (C) da Presidência do Tribunal, mediante reclamação, por usurpação de competências.
 - (D) da Corregedoria, por meio de recurso de apelação contra o ato de natureza jurisdicional.
 - (E) do próprio magistrado, para extensão dos efeitos em caráter geral.
-
95. Para zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e aos adolescentes, NÃO pode o representante do Ministério Público
- (A) proceder a acordo com a pessoa ou a autoridade reclamada, podendo, inclusive, designar dia, hora e local para a reunião.
 - (B) recomendar melhorias nos serviços públicos relevantes, fixando prazo razoável para a observância efetiva das recomendações.
 - (C) instaurar e presidir procedimento adequado a partir da redução a termo das informações prestadas pelo reclamante.
 - (D) promover as medidas judiciais e extrajudiciais que entender pertinentes.
 - (E) aplicar penalidades por infrações cometidas contra as normas de proteção da infância e da juventude.
-
96. Considere o *caput* do art. 241 do ECA: “Apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou internet, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente”.
- Configura o tipo penal apresentado se a adolescente for fotografada
- (A) de monoquíni para fins publicitários, desacompanhada de qualquer pessoa.
 - (B) em posições comprometedoras, desacompanhada de qualquer pessoa.
 - (C) nua para composição de obra de arte, acompanhada de outras pessoas, adultas.
 - (D) nua para composição de obra de arte, desacompanhada de qualquer pessoa.
 - (E) de monoquíni para fins publicitários, acompanhada de outras pessoas, adultas.
-
97. No âmbito do abuso sexual imposto às crianças e aos adolescentes, pode-se afirmar que incesto é
- (A) um indiferente jurídico.
 - (B) a conduta punida criminalmente em razão da ausência sempre presumida do consentimento dos jovens em razão do temor reverencial.
 - (C) crime hediondo, em qualquer hipótese.
 - (D) a atividade de caráter sexual, implicando menor de 18 anos e um adulto que tenha para com ela relação de consangüinidade, afinidade ou responsabilidade.
 - (E) conduta lícita, desde que haja consentimento expresso do menor de 18 anos.

Legislação Institucional

98. A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições,
- (A) apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias de Justiça, relativas ao ano anterior.
 - (B) fazer recomendações, com caráter vinculativo, aos órgãos de execução, assessoramento e direção, salvo os referentes à Procuradoria-Geral e ao Colégio de Procuradores.
 - (C) instaurar processo disciplinar contra membro da instituição, presidindo-o e aplicando as sanções que entender necessárias até a exoneração do cargo.
 - (D) realizar inspeções nas Promotorias de Justiça à exceção das Procuradorias de Justiça, cuja competência é da Procuradoria-Geral, remetendo relatório ao Conselho Superior do Ministério Público.
 - (E) propor ao Conselho Nacional do Ministério Público, na forma da Constituição e da Lei Orgânica, o não vitaliciamento de membro do Ministério Público.
-
99. Nos termos da Lei Complementar nº 75/93, a nomeação do Procurador-Geral da República subordina-se aos seguintes requisitos, dentre outros:
- (A) ser integrante da carreira do Ministério Público Federal ou dos Estados; ser maior de 35 anos; ter seu nome aprovado por 2/3 do Senado Federal.
 - (B) ser integrante da carreira do Ministério Público Federal; ser maior de 30 anos; ter seu nome aprovado por 2/3 da Câmara dos Deputados.
 - (C) ser integrante da carreira do Ministério Público Federal; ser maior de 35 anos; ter seu nome aprovado por maioria absoluta do Senado Federal.
 - (D) ser inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil; ser maior de 30 anos; ter seu nome aprovado por maioria absoluta do Senado Federal.
 - (E) ser indicado pelo Presidente da República dentre advogados da União; ser maior de 35 anos e ser aprovado pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
-
100. De conformidade com a Lei que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público de Pernambuco, a função institucional de controle externo da atividade policial é exercida
- (A) pelos Promotores de Justiça Criminais, de Execução Penal e da Defesa da Cidadania, apenas.
 - (B) pelos Promotores de Justiça Criminais e de Execução Penal, apenas.
 - (C) pelo Promotor de Justiça de Execução Penal e da Defesa da Cidadania, apenas.
 - (D) pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Promotor de Justiça da Defesa da Cidadania, apenas.
 - (E) pelo Procurador-Geral de Justiça e pelos Promotores de Justiça Criminais, de Execução Penal e de Defesa da Cidadania.